

“Repositórios institucionales en Brasil”

Josimara Dias Brumatti. Simone da Rocha Weitzel.

Resumo

A pesquisa tem por objeto de estudo a produção científica de Instituição de Ensino Superior publicada em periódico e depositada em Repositório Institucional, visando caracterizar o Acesso Aberto Verde no Brasil. A produção científica será classificada em vertentes elaboradas a partir da Declaração de Budapeste (2002) e Harnad (2004; 2012) para mapear o tipo de acesso dos artigos, predominantes das áreas do conhecimento estudadas, inseridos nos repositórios nacionais. Pressupõe que o desempenho entre áreas do conhecimento no Acesso Aberto, a avaliação de desempenho da Pós-Graduação brasileira, assim como as particularidades na produção científica no Brasil, são impasses que afetam o Acesso Aberto Verde¹ (AA Verde). Para o alcance deste propósito, baseia-se em Ortellato (2008), Furnival, Oprime e Silva Perez (2013), Alperin, Fischman e Willinsky (2008), Terra-Figari (2008), Guédon (2010) e Vessuri (2015).

Palavras-Chave: Acesso Aberto; Produção Científica; Repositório Institucional; Brasil.

Abstract:

The research aims to scientific production institution of higher education published in journal and placed in the Institutional Repository, to characterize the Open Access Green in Brazil. The scientific production will be classified in sections prepared from the Budapest Open Access Initiative (2002) and Harnad (2004; 2012) to map the access of articles, predominant areas of knowledge studied, embedded in national repositories. Assumes the performance between areas of knowledge in Open Access, the assessment of Brazilian Graduate performance, as well as the particularities of scientific production in Brazil are impasses affecting AA Green. To achieve this purpose, is based on Ortellato (2008), Furnival, Oprime and Silva Perez (2013), Alperin, Fischman and Willinsky (2008), Terra-Figari (2008), Guédon (2010) and Vessuri (2015).

Keywords: Open Access; Scientific Production; Institutional Repository; Brazil.

Introdução:

O AA é o meio de democratizar a produção científica publicada essencialmente em periódico e financiada com recursos públicos. Duas estratégias foram definidas na Budapest Open Access Initiative (BOAI, 2002): 1. Periódicos de Acesso Aberto e 2. Auto-arquivamento da produção científica em Repositórios, sendo intituladas por Harnad e outros (2004) de Via Dourada e Via Verde, respectivamente.

¹ Estratégia do AA chamada anteriormente à 2012 de Via Verde.

A Via Dourada estabelece o acesso por meio de Periódicos de Acesso Aberto, considerando os periódicos que são livres de taxas, tanto para publicação pelo autor, e/ou taxas de acesso para o leitor. A Via Verde é baseada no depósito da produção científica publicada em periódico comercial, especialmente artigos de periódicos.

A Via Verde é apontada pelos signatários e ativistas do Movimento do Acesso Aberto no cenário mundial, como Harnad (2004, 2012, 2015), Guedón (2010), Suber (2004, 2015), Rentier (2010), Rodrigues (2004, 2014, 2015), como estratégia central para o desenvolvimento do AA.

No Brasil, Leite (2009, 2011), Kuramoto (2004, 2014), Weitzel (2006, 2014), também indicam a Via Verde como o principal caminho para dar acesso ao conhecimento produzido no âmbito dos institutos de pesquisa e universidades, especialmente as públicas. A produção científica nacional é atrelada em sua maioria a Instituições de Ensino Superior (IES) pública que recebem financiamento governamental para realização de pesquisas, por tanto é justo que os resultados das pesquisas oriundos destes financiamentos estejam acessíveis para toda a sociedade.

Este estudo parte do pressuposto que a produção científica brasileira se difere da produção da ciência mundial por possuir características específicas e singulares que envolvem o modelo de CC brasileira por fazer parte da Ciência Periférica, podendo acarretar uma distinção no desenvolvimento da Via Verde e Via Dourada.

Para tanto, é oportuno realizar um estudo que analise a produção científica brasileira para mapear o atual cenário do desenvolvimento da Via Verde no Brasil, ratificando sua importância como instrumento de fomento à disseminação científica, democratização da informação pública e preservação da memória institucional no contexto do AA.

Esta pesquisa tem por objetivo caracterizar a Via Verde no Brasil a luz do conceito de AA definido pela BOAI (2002) e Harnad e outros (2004) por meio de estudo exploratório mapeando a produção científica oriunda de Instituição de Ensino Superior (IES) brasileira publicada em periódico e o respectivo arquivamento dessa produção em Repositórios Institucionais (RIs).

Apontamos para os seguintes aspectos como justificava para a presente pesquisa, baseando-se nos seguintes autores: A) Desempenho distinto na Via Verde no Brasil nas Áreas do Conhecimento: Ortellado (2008); Furnival; Oprime e Silva Perez (2013). B) Critérios da avaliação de desempenho da Pós-Graduação no Brasil: Ortellado (2008); Furnival (2013) e C) Modo de comunicar a ciência: Alperin, Fischman e Wilinsky (2008); Terra-Figari (2008); Guedón (2010); Vessuri (2015).

Ortellado (2008) demonstra que apesar do sucesso no AA no Brasil, houve um déficit no desempenho em determinadas áreas do conhecimento. Segundo o autor, as políticas nacionais de AA “são ainda pouco eficazes, tendo um impacto pequeno nas ciências naturais em face do alto grau de internacionalização das publicações”. (ORTELLADO, 2008).

Furnival, Oprime e Silva Perez (2013), examinam a percepção do AA entre pesqui-

sadores brasileiros e fatores que afetam a aceitação ou resistência ao AA pelos autores. Em relação à obrigatoriedade dos pesquisadores disponibilizarem seus trabalhos em AA através de políticas mandatárias, o estudo demonstra que aproximadamente 35% são favoráveis ao depósito, no entanto 53 % são contrários de alguma forma à imposição do depósito.

Quando a análise de Furnival, Oprime e Silva Perez (2013) mapeia a obrigatoriedade de depósito através mandatos de AA, há concordância desigual entre áreas do conhecimento. Enquanto que mais de 50% das áreas de Ciências Humanas e Sociais concordam com a obrigatoriedade do depósito, apenas 17% da Ciência Exata é favorável.

Para os mesmos autores, os pesquisadores brasileiros têm preferência por publicarem em periódicos com alto fator de impacto, pois além de serem mais prestigiadas são condições para obter financiamentos e verbas de órgãos públicos de fomento, dando enfoque na avaliação somente a dados quantitativos.

Segundo Terra-Figari (2008), os países da “periferia científica” em especial na América Latina, são prejudicados por desvantagens em: tamanho; incentivo; financiamento; linguagem de publicação e edição de parâmetros de publicação internacional.

Para Guédon (2010) o AA corrige muitas das injustiças inerentes à barreira de conhecimentos existentes entre os chamados países centrais e periféricos, tornando-se uma possibilidade inegável.

Para Vessuri (2015) o que determina a baixa participação da América Latina na produção mundial não é somente a ciência não ser *mainstream*. A ausência de revistas científicas latino americanas nas principais bases de dados de indexação e a barreira da língua interferem em seu progresso científico. Esses fatores, assim como o baixo investimento governamental em inovação e desenvolvimento, impedem que haja uma competição igualitária entre os países ditos periféricos.

Segundo Alperin, Fischman e Willinsky (2008) as motivações da América Latina para promoção do Acesso Aberto à produção científica são diferentes das motivações dos países centrais. Enquanto na Europa, Estados Unidos e Canadá, o AA tem sido impulsionado em parte, por um aumento nos preços e na quantidade de periódicos, as publicações na América Latina têm sido tradicionalmente livres.

Para Guédon (2010) o AA abre perspectivas plenas de esperanças, “isto é, com o Acesso Aberto, corrigir muitas injustiças inerentes à barreira de conhecimentos existente entre os chamados países centrais e periféricos torna-se uma possibilidade inegável”. (GUÉDON, 2010, p. 73).

Pretende-se com este estudo caracterizar a via verde no Brasil e mapear possíveis obstáculos que limitam a via a fim de contribuir para o fomento de ações para chegar ao 100% AA. Além disso, permitirá apontar possíveis meios para que o Brasil desenvolva iniciativas bem-sucedidas na Via Verde.

Acesso Aberto Verde no Brasil

No Brasil as ações para tornar acessíveis as pesquisas publicadas em periódicos iniciaram antes do MAA, através de estratégias como o SciELO, que surgiu em 1997. No entanto com o encadeamento das iniciativas em AA pelo mundo, o Brasil se inseriu no MAA, mais precisamente pela participação de Hélio Kuramoto, Gestor do IBICT na época e Sely Costa da Universidade de Brasília, na 7ª *International Conference on Electronic Publishing* – ELPUB, “aos quais, ao retornarem ao Brasil, iniciaram conversações e gestões visando à inserção do Brasil no movimento” (KURAMATO; COSTA; LEITE, 2010, p. 135).

O IBICT desenvolveu ações em parceria com outros órgãos de financiamento e viabilizou recursos para projetos com iniciativas de consolidação do AA no Brasil. Dentre os projetos de promoção do AA podemos indicar dois principais de cunho tecnológico que abordaram o AA Verde e Dourado: a) customização do sistema *Open Journal Systems* – OJS que originou o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER em 2003, para gestão de periódicos científicos *on-line*; b) o projeto IBICT-FINEP/PCAL/XBDB, que possibilitou a implantação de aproximadamente 40 repositórios institucionais. O projeto lançado em 2009 consiste na distribuição de kits tecnológicos, no treinamento dos recursos humanos da instituição e no suporte informacional e técnico para o bom desenvolvimento destes sistemas. (KURAMATO; COSTA; LEITE, 2010) (IBICT, 2016).

Apesar de iniciativas nacionais para o desenvolvimento das duas estratégias propostas pelo MAA, a consolidação do AA vem ocorrendo de formas diferentes em países desenvolvidos, principalmente na América Latina. Segundo Costa e Leite (2016) as iniciativas em Acesso Aberto Dourado (AA Dourado)² avançaram significativamente na região, “esta constatação vem de iniciativas bem-sucedidas tais como SciELO e adoção generalizada do OJS”.

Ainda segundo Costa e Leite (2016), apesar dos avanços recentes do AA Verde, em particular o aumento do número de RIs e a intensificação do trabalho de cooperação na região, ainda há muito a ser feito nessa área.

Em 2011 o Senador da República Rodrigo Rollemberg submete ao Senado Nacional o Projeto de Lei - PLS 387/2011³, que dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil. Cinco anos depois o PLS ainda está em tramitação, pronta para a Pauta na Comissão, no entanto em Fevereiro de 2015 o Senador Álvaro Dias, votou pela rejeição do projeto, alegando injuridicidade e inconstitucionalidade.

O contexto nacional fez com que Universidades e Organizações Públicas de pesquisa brasileiras transpassassem a delonga da tramitação política e adotaram mandatos institucionais de AA. A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ aprovou uma política mandatária a nível institucional, no entanto Rodrigo Murinho, vice-diretor de comunicação do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - ICICT, deixa clara a importância de uma política nacional.

²Estratégia do AA chamada anteriormente à 2012 de Via Dourada.

³Acesso o texto na íntegra: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=93151&tp=1>.

Uma política tende a fortalecer as iniciativas institucionais, uma vez que exige a disponibilização dos resultados de estudos e pesquisas para a sociedade, principalmente quando os recursos para a realização desses trabalhos acadêmicos são públicos. Esse é o caso das leis da Argentina e do Peru, de 2013; e do México, de 2014. Em todos os países foram instituídos repositórios nacionais, congregando universidades e instituições de pesquisa. (MURTINHO, 2015).

Carlos Machado de Freitas, coordenador do Portal de Periódicos da Fiocruz, destaca que quase todas as pesquisas no Brasil são realizadas em instituições públicas, financiadas principalmente com recursos públicos e que, por isso, são bens públicos.

No caso do Brasil, uma política nacional de acesso aberto não só é coerente com a estrutura e o financiamento das pesquisas, como também implica em reforçar nosso compromisso com a democratização de nossa produção e acesso ao conhecimento. (FREITAS, 2015).

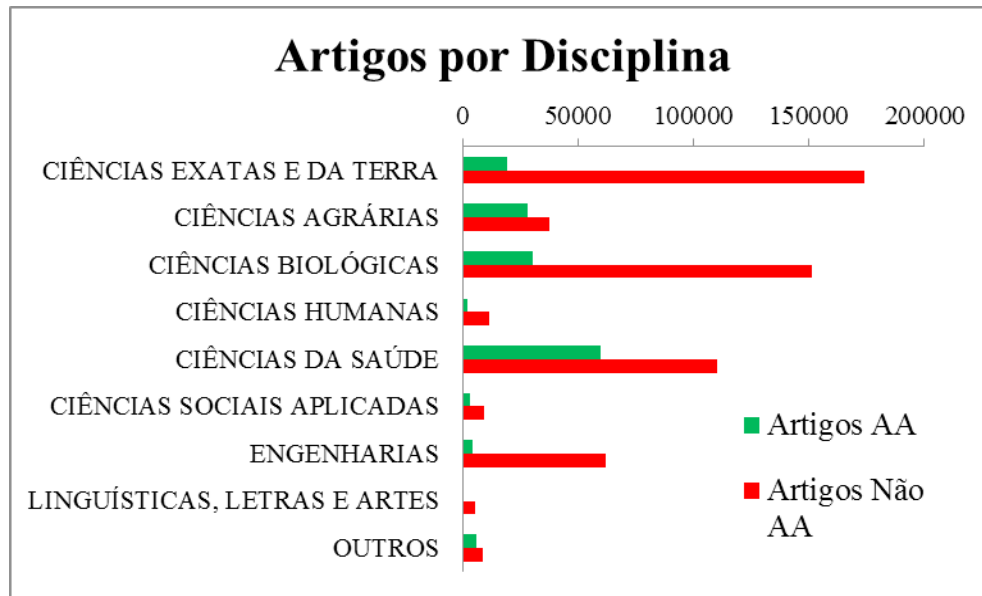
Essa visão pública e governamental do AA tem encontrado barreiras em diversos países no mundo, pois penetram questões políticas e jurídicas. Contudo no Brasil, ainda caminhamos com iniciativas isoladas e pouco abrangentes.

Ortellado (2008) menciona como fator de desigualdade no desenvolvimento da Via Verde no Brasil, a produção científica de algumas áreas do conhecimento, como as Ciências Naturais e da Terra e as Ciências Humanas e Sociais.

Enquanto as Ciências Sociais se publica mais em periódicos brasileiros, nas Ciências Naturais se publica mais em periódicos estrangeiros.... Trata-se também de um problema cada vez maior para o Brasil e outros países periféricos à medida que a sua produção científica (em especial nas Ciências Naturais) melhora de qualidade e busca a exposição nos periódicos indexados ou bem avaliados pelas agências financiadoras brasileiras (CAPES). (ORTELLADO, 2008).

Os dados abaixo foram extraídos da base de dados comercial Web of Science. O gráfico 2 mostra os artigos indexados na plataforma dividido por área do conhecimento. Através destes dados, podemos visualizar o desenvolvimento do AA por área do conhecimento no mundo.

Gráfico 1: Artigos por área do conhecimento⁴ indexados na Web of Science no mundo



Fonte: O autor (2016).

Ainda segundo Ortellado (2008), a diferenciação entre as áreas do conhecimento acima mencionadas gera impacto em iniciativas no AA.

O efeito desse desigual padrão é que as políticas nacionais de estímulo às publicações de AA têm impacto diferente nas diversas áreas do conhecimento. Enquanto nas Ciências Sociais essa política tem conseguido liberar o acesso a quase metade dos artigos, nas Ciências Naturais os resultados são mais modestos. (ORTELLADO, 2008).

Sendo a Via Dourada reconhecida no cenário brasileiro por iniciativas de destaque como o SciELO, segundo Ortellado (2008) “o país descuidou das políticas” governamentais para o desenvolvimento e maior adesão da Via Verde. Portanto embora o país lidere o ranking⁵ mundial de artigos periódicos científicos em AA, onde a publicação “nasce” em AA, existem ainda contextos em que a publicação tem o acesso restrito sendo fundamental a Via Verde para torná-la disponível amplamente.

Adicionado ao desequilíbrio no desempenho do AA nas áreas do conhecimento, podemos indicar que a avaliação de desempenho pode influenciar o AA, mais precisamente a avaliação de desempenho da pós-graduação, que tem seu foco na análise quantitativa de artigos de periódicos.

A avaliação da Pós-Graduação no Brasil é realizada pela CAPES, que tem por competência “coordenar a política do sistema nacional de pós-graduação e exercer a função de incentivar, em nível de mestrado e de doutorado, a expansão e consolidação dos programas de pós-graduação”. (CASTANHA; GRÁCIO, 2012).

Visa, ainda, assegurar a validade nacional desses diplomas e o avanço dos cursos, por meio da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação do país, que utiliza importantes indicadores destinados a acompanhar o desen-

4 As áreas do conhecimento foram elencadas segundo a tabela do conhecimento do CAPES.

5 O Brasil está em 2º no ranking DOAJ em número de títulos de revistas indexados, atrás apenas dos Estados Unidos.

volvi-mento, evolução e consolidação dos programas, contribuindo para a formação de recursos humanos com alta competência científica e para a promoção da co-laboração científica internacional. (CASTANHA; GRÁCIO, p. 84, 2012).

São considerados 5 fatores como critérios para avaliação da pós-graduação, a saber: 1) Proposta do programa; 2) Corpo docente; 3) Corpo discente, teses e dissertações; 4) Produção intelectual; 5) Inserção social, sendo a pontuação variada segundo as áreas do conhecimento. Para Voguel e Kobashi (2015), há um sexto critério na avaliação, que seria a Internacionalização, que não fica explícito, mas que é apresentado nos Documentos de Área como item de distinção entre os programas de excelência.

O critério de avaliação da “Proposta do Programa” tem peso zero. O “Corpo Do-cente” gira entre 15 a 20% da nota, o “Corpo Discente, Teses e Dissertações” correspondem de 30 a 35% do total, a “Produção Intelectual” representa 35 a 40% da avaliação e a “Inserção Social” equivale a 10 a 15% da nota. O quesito de Internacionalização aplica-se “somente a programas de doutorado que já atingiram um excelente nível nos demais quesitos, recebendo nota cinco, mas que ainda podem ser diferenciados por suas ações com outros países. Assim, este quesito destina-se a atribuir a nota 6 ou 7 a um programa”. (VOGUEL E KOBASHI, 2015).

Ainda há o critério de avaliação o Qualis Periódicos, que incide na estratificação da “Produção Intelectual” que é feita de acordo com uma escala de pontuação do periódico no qual os artigos foram publicados. A qualidade do periódico, por sua vez, pode ser conferida de acordo com a base de dados na qual o periódico foi indexado. (VOGUEL E KOBASHI, 2015).

A classificação distribui os periódicos em estratos: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5, e C (este com peso zero). No entanto, um mesmo periódico pode figurar em estratos diferentes, dependendo da área de conhecimento. (VOGUEL E KOBASHI, 2015).

Para Furnival (2015) a questão do desempenho da Via Verde no Brasil, envolve o processo de avaliação da produção dos programas de pós-graduação. Para a autora, os pesquisadores brasileiros têm preferência por publicar em periódicos com alto fator de impacto, pois além do fato de serem considerados mais prestigiados, é condição para obter financiamentos e verbas de órgãos públicos de fomento, que dá enfoque na avaliação utilizando dados quantitativos.

Os participantes comentaram sobre o peso do fator de impacto na avaliação da produção dos programas de pós-graduação pela Capes. O órgão leva em conta o fator de impacto dos periódicos para classificá-los no sistema Qualis. Com isso, pesquisadores e suas instituições com publicações nessas revistas são melhores avaliados e, portanto, podem ser beneficiados por financiamentos públicos. (FURVINAL, 2015).

Outra característica que apontamos nesta pesquisa como sendo um fator que pode afetar o desenvolvimento do AA no Brasil é a Comunicação da Ciência nacional. Para alguns autores como Spagnolo (1989); Guédon (2010), o Brasil, assim como alguns países da América Latina, são considerados países fazedores de Ciência Periférica, o que lhe atribui características específicas que afetam a Comunicação da ciência no país.

Para Spagnolo (1989) a investigação científica no Brasil está fortemente concentrada em Universidades e intimamente associada aos programas de pós-graduação. Em entrevista realizada com pesquisadores brasileiros, Spagnolo (1989) apontou três questões, indicadas pelos pesquisadores, como motivos para pesquisadores do Terceiro Mundo publicar em periódicos internacionais, a saber: a) maior visibilidade oferecida por periódicos internacionais e, conseqüentemente, a oportunidade de mais prestígio; b) pressão indireta e até mesmo direta de agências governamentais, onde se você não mostrar a produção internacional, é muito mais difícil de obter apoio para o seu pesquisar projetos e c) Não existe um fórum nacional adequado para o debate em algumas áreas, como por exemplo a Química.

Isto posto, podemos inferir que existe uma exigência por parte de agências de fomento para se publicar internacionalmente. Este quesito fica ainda mais clara em áreas como a Física, Engenharias, Ciências da Saúde, etc, que se constituem áreas mais internacionalizadas. Ou seja, há uma influência governamental para promoção da comunicação científica nacional.

Como o AA é apontado como o caminho mais democrático para se obter acesso às publicações científicas, possivelmente esferas governamentais apoiam o desenvolvimento do AA através de infraestrutura tecnológica (desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de periódicos on-line e repositórios), financiamento de projetos que visam o AA, etc.

Guédon (2010) indica que o modo de comunicar da Ciência um fator que influencia o desenvolvimento de políticas em AA num país. Para o autor há uma distinção entre os países de Ciência Central (*mainstream*)⁶ dos países Ciência Periférica, no que tange a Comunicação Científica e existindo também à possibilidade desta convergência no AA.

Quando falamos em Ciência Central ou Mainstream Science nos referimos a divisão do mundo pelo paradigma científico atual que teve origem na Europa no século 15 e 16, evento que ocorreu juntamente com a expansão colonial, todavia a Ciência Central obteve maior amplitude após as Revoluções Industrial e Científica.

A ciência central, ou “mainstream science”, constitui o paradigma científico vigente, inicialmente na Europa, estendendo-se aos poucos a todos os continentes, até sua completa mundialização: esta ciência apresenta características nítidas, como uma hierarquização e uma ligação estreita com os interesses econômicos dominantes. Sua prática pressupõe atualmente várias regras, entre as quais podem apontar-se: trabalho em equipe, cooperação e colaboração, divulgação ampla dos resultados em uma língua franca internacional (que tem variado com o tempo, do latim ao francês ou alemão, agora o inglês), avaliação constante pelos demais praticantes da ciência, e alguma ligação com as necessidades econômicas e sociais da sociedade onde ela se desenvolve. (FILGUEIRAS, 2001, grifo nosso).

⁶Constitui um paradigma científico vigente pela hierarquização dos países ditos de primeiro mundo com interesses econômicos dominantes.

O periódico científico surgiu no século 17 com a premissa de transmitir de forma rápida os estudos e descobertas realizadas. (Meadows, 1999). Quando o periódico nasceu, já havia a divisão do paradigma científico em Ciência Central e Periférica. Assim o meio mais antigo e tradicional de comunicação da Ciência já nasceu num ambiente pré-estabelecido de dominação europeia. Fator este que pode ter acentuado a desigualdade na divisão da ciência entre os países economicamente hegemônicos e aqueles países colonizados ou economicamente debilitados.

Os periódicos científicos surgiram na segunda metade do século XVII devido a várias razões. Algumas eram específicas (como a expectativa de seus editores de que teriam lucro); algumas gerais (como a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo. O motivo principal, contudo, encontra-se nessa necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações. (MEADOWS, 1999, p. 7).

Assim, do mesmo modo que o êxito dos países em progredir os Periódicos Científicos está estritamente ligado ao episódio do desenvolvimento econômico, podemos inferir que o modo de desenvolvimento do acesso aberto nos países está diretamente ligado à divisão da ciência no mundo em função do paradigma científico. Para Guédon, o Movimento do Acesso Aberto tem importância, pois:

[...] promete fazer o sistema mundial da ciência funcionar melhor, ao aprimorar a infraestrutura de comunicação. E, mais importante, o AA abre expectativas plenas de esperança. Isto é, como o Acesso Aberto, corrigir muitas das injustiças inerentes à barreira de conhecimentos existentes entre os chamados países centrais e periféricos torna-se uma possibilidade inegável. (GUÉDON, 2010, p. 73).

Assim como Guédon (2010), Ortellado aponta a influência da divisão da ciência (Central e Periférica) na adoção de medidas para o AA e reconhece a Via Verde como garantia de acesso aos artigos de periódicos brasileiros produzidos com recursos públicos.

Segundo Terra-Figari (2008), os países da “periferia científica” são prejudicados por desvantagens em tamanho da comunidade acadêmica (que é muito pequena para se produzir uma massa crítica adequada); incentivo (as publicações não contam muito na hora das promoções); financiamento (a ciência é uma atividade marginal e não tem papel de destaque como nos centros da ciência, é realizada em instituições públicas e tem como fonte de financiamento, Organizações Não Governamentais (ONGs) e fundações internacionais), linguagem de publicação (inglês é o idioma universal) e edição de parâmetros (normatização e tipo de estudos, como por exemplo a falta de artigos originais).

Para Vessuri (2015) o que determina a baixa participação da América Latina na produção mundial não é somente a ciência não ser mainstream. A exclusão das revistas científicas latino americanas das principais bases de dados de indexação e a barreira da língua interferem em seu progresso científico. Esses fatores, assim como o baixo investimento em inovação e desenvolvimento, impedem que haja uma competição iguali-

tária entre os países ditos periféricos.

Segundo Alperin, Fischman e Willinsky (2008) as motivações da América Latina para promoção do Acesso Aberto à produção científica são diferentes das motivações dos países centrais. Enquanto na Europa, Estados Unidos e Canadá, o AA tem sido impulsionado em parte, por um aumento nos preços e na quantidade de periódicos (cri-se dos periódicos), as publicações na América Latina têm sido tradicionalmente livres.

Mas para Guédon (2010) o Brasil ser considerado um país de ciência periférica foi fator determinante para o maior desenvolvimento na Via Dourada. Ortellado (2008) também considera a característica de Nação Periférica o fato de o Brasil disponibilizar a maior parte de seus periódicos de excelência na Web.

As condições nas quais essa experiência se desenvolveu, no entanto são particulares de uma nação periférica. Na ausência de um relevante mercado nacional de revistas científicas, os periódicos brasileiros foram historicamente financiados quase que exclusivamente com recursos públicos. Neste cenário, a conversão para um modelo de acesso aberto foi apenas uma questão de deliberação política das agências financiadoras. (ORTELLADO, 2008).

Para Costa e Leite (2016) o desenvolvimento e consolidação do AA “vem ocorrendo de forma diferente nos países desenvolvidos e do resto do mundo, particularmente na América Latina”. Para os autores, esta diferença seria pelas características do sistema de comunicação científica estabelecida na América Latina ao longo do tempo. E apesar da consolidação do AA Dourado na América Latina, devido à natureza não-comercial da maioria dos editores científicos na região, ser referência, não foi suficiente para impulsionar o AA Verde.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa é de cunho descritivo e de abordagem quantitativa que se dará por meio da análise da produção científica das IES, no caso os artigos de periódicos, do ano de 2013, dos cursos de pós-graduação nas áreas de: Ciências Exatas (CE) representada pela Física, Ciências Sociais (CS) representada pela Economia e Ciências Humanas (CH) representada pela Psicologia, inseridas na Plataforma Sucupira.

A seleção dos casos foi baseada no *ranking Web of Repository* em que os repositórios brasileiros estavam nas primeiras colocações em 2013. Os Programas foram selecionados tendo em vista as áreas temáticas dos repositórios pioneiros: Física (*arXiv*), Psicologia (*CogPrints*) e Economia (*RePEC*). A escolha das áreas está baseada no artigo de Ortellado (2008) que faz uma distinção na aceitação do AA na área de Ciências Naturais e da Terra nas demais áreas tais como as Ciências Sociais e Humanas. A produção científica analisada somou 525 artigos.

Os respectivos RIs serão consultados para verificar se os artigos levantados na plataforma sucupira foram depositados nos RIs das IES.

Os artigos serão elencados por tipo de acesso nas categorias elaboradas segundo Harnad (2012) que são: Acesso Restrito (Não AA); Acesso Aberto através de RI (Acesso Aberto Verde); Acesso Aberto no site do periódico e/ou em base de dados (Acesso Aberto Dourado).

Quadro 1: Categorias por Tipo de Acesso

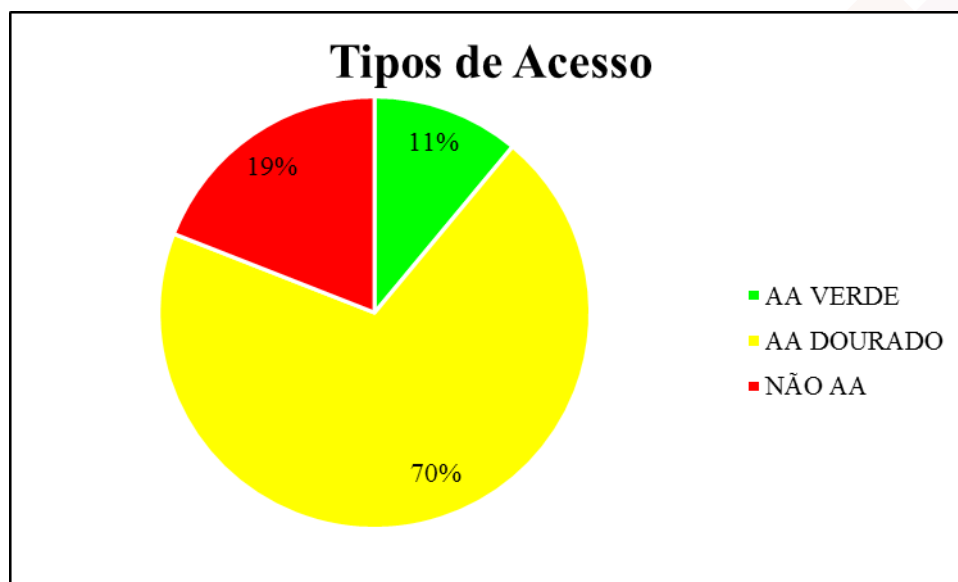
CATEGORIA	TIPO DE ACESSO	DESCRIÇÃO
Acesso Restrito	Não AA	O artigo é restrito ao usuário sendo disponível somente através da assinatura do periódico e não está disponível em RI
Acesso Aberto através de RI	AA Verde	O artigo tem acesso restrito ao usuário no periódico comercial, mas é disponibilizado livremente em RI
Acesso Aberto no site do periódico e/ou em base de dados	AA Dourado	O artigo é disponível ao usuário no site do periódico e/ou base de dados como SciELO, Pepsic, etc.

Fonte: O autor (2015).

Resultado Final

A pesquisa mostrou que a maioria dos artigos de periódicos presentes nos RIs analisados e no período delimitado, são provenientes da via dourada, totalizando 70%. Por outro lado, 19% da produção dessas áreas não estão disponíveis nos RIs e seu acesso está bloqueado exigindo pagamento (Não AA). Apenas 11% dos artigos são provenientes da via verde sinalizando, em linhas gerais, uma baixa adesão a essa estratégia em relação à via dourada.

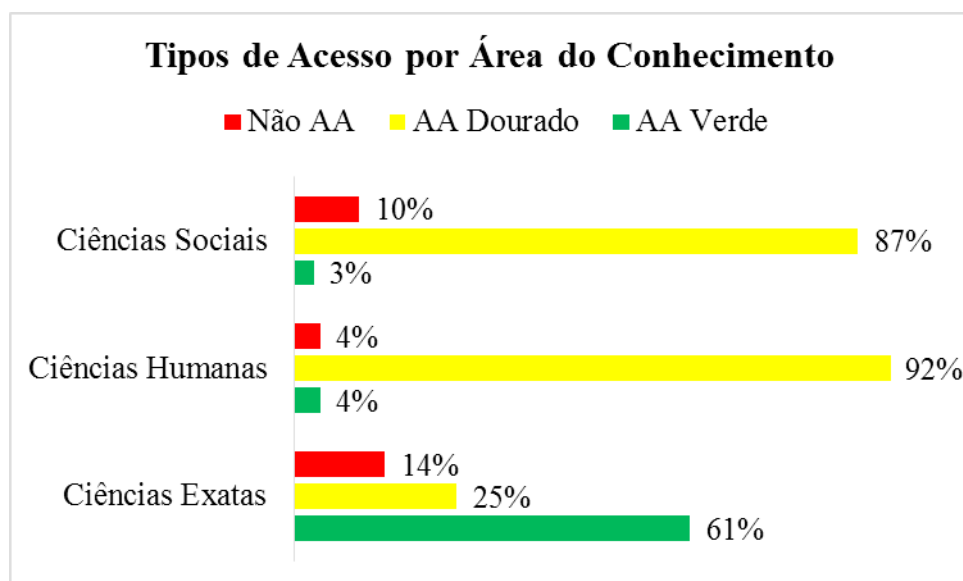
Gráfico 2: Tipos de Acesso em RIs no Brasil



Fonte: O Autor (2015).

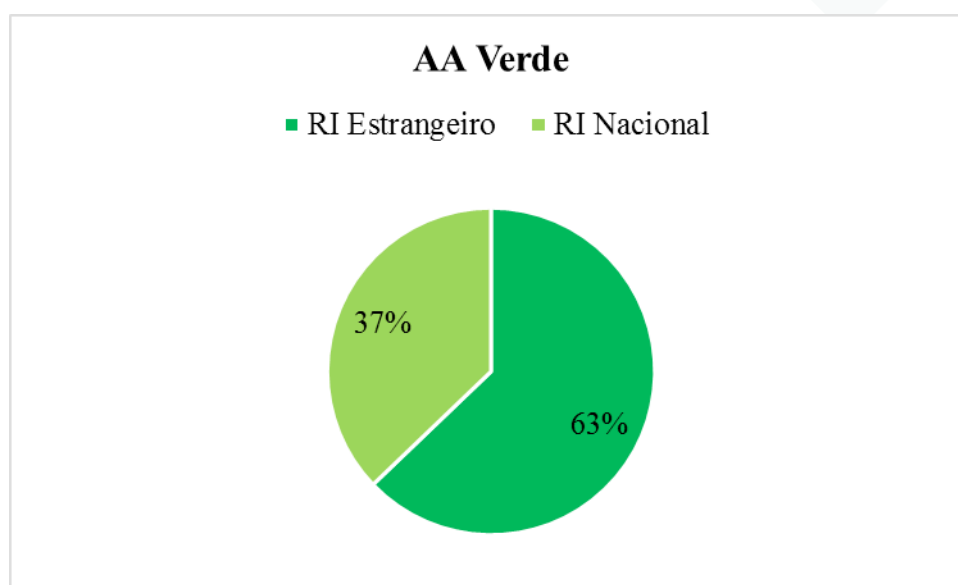
Quando o foco da análise envolve as áreas estudadas, são notórias algumas particularidades: a CE possui porcentagem equilibrada de artigos sob AA Verde (34%) e sob o AA Dourado (27%), no entanto, demonstrou ser a área que mais necessita do AA Verde por possuir a maior proporção de Não AA (38%) na produção científica; a CH destacou-se no AA Dourado (89%), com pouco desempenho no AA Verde; já a CS demonstrou um desempenho nulo no AA Verde, predominância do AA Dourado (92%) e 16% dos artigos científicos Não AA.

Gráfico 3: Tipos de acesso por Áreas do conhecimento



Fonte: O autor (2014).

Gráfico 4: Acesso Aberto Verde por Repositórios



Fonte: O Autor (2016).

Com base na produção científica acessível através do AA Verde foi possível ainda verificar através desta amostragem que 63% dos artigos de publicados por autores bra-

sileiros em IES nacionais, estão disponíveis em AA Verde por meio de RI estrangeiros, como por exemplo no *arXiv*, em RI de Universidades estrangeiras, através de parcerias internacionais dos nossos autores e em sites como Academia e ResearchGate.

Conclusões

Mapeando a produção científica das IES publicada em periódico e o arquivamento destas publicações em RIs, podemos notar uma baixa adesão do AA Verde, cerca de 11% e uma valorização do AA Dourado, cerca de 70%. É notável também que parte da produção científica é restrita, aproximadamente 19% Não AA, tendo destaque para o Acesso Aberto Dourado, 60%, o que nos leva a constatar que o RIs nacionais tem pre-domínio de depósito de Artigos publicados em Periódicos de AA.

A categorização dos artigos de periódicos por tipo de acesso indica que nas CH e CS há maior sensibilidade às iniciativas nacionais de promoção do AA investindo em periódicos AA, apresentando relevância na AA dourado. Nas CE, apesar de semelhante desempenho no AA verde e AA dourado, os dados apontam que há maior necessidade da AA verde, 38% Não AA, uma vez que publicam mais em periódicos comerciais, possuindo porcentagem considerável de produção científica sob a AA verde, 34%. A CH demonstrou maior sensibilidade no AA Dourado, cerca de 90% e uma baixa adesão ao AA Verde, 1%. A CS também demonstrou considerável desenvolvimento em AA Dourado, 84% e AA Verde inexistente.

Verificando a produção de artigos científicos de IES brasileiras inseridas em RIs nacionais, há apontamentos que sugerem características particulares, com ênfase na AA dourado, como o predomínio de depósito de artigos de periódicos AA, característica essa que não é inerente à AA verde apontada pela literatura e pelos signatários em AA e praticada em grandes instituições de ensino e pesquisa no mundo, onde se prioriza o depósito em RIs, de pesquisa aprovada em periódicos comerciais.

Esta pesquisa torna premente a necessidade de verificar em novas investigações se essas características estão presentes em outras áreas do conhecimento e em demais instituições de ensino e pesquisa e em seus respectivos RIs, visando um panorama completo do AA Verde no Brasil e se há outras características não contempladas neste estudo.

Referências

Budapest Open Access Initiative. (2002). Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto. Budapeste. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/translations/portuguese-translation>>. Acesso em: Março 2014.

Furnival, A. C., Oprime, P. & Silva Jerez, N. S. (2013). Um estudo da percepção do acesso aberto à literatura científica por pesquisadores brasileiros. 4ª CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO – CONFOA, São Paulo.

Steven, H. Brody, T. Vallières, F. Carr, L. Hitchcock, S. Gingras, Y.,... (2004). The green and the gold roads to Open Access. Nature Web Focus. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/259940/1/21.html>>. Acesso em: Março 2014.

Steven, H. (2012). Why the UK should not heed the Finch Report. Impact of Social Sciences blog. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/07/04/why-the-uk-should-not-heed-the-finch-report/>>. Acesso em: Dez. 2014.

Ortellado, P. (2008). As políticas nacionais de acesso à informação científica. Liinc em revista. Rio de Janeiro, 4 (2), p. 186-195.

Weitzel, S. (2014). As novas configurações do acesso aberto: desafios e propostas. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, 8 (2) p.65-75. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/447/1102>>. Acesso em: Jan. 2015.